

ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO PARA PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA FÍSICA E/OU VISUAL NO ESPAÇO PÚBLICO: REVISÃO DE LITERATURA

Raimundo Alves de Souza¹.

Academy of Integrative Health & Medicine (AIHM), La Jolla CA/USA.

ID Lattes: 2289236016380396

<https://orcid.org/0000-0001-8486-4161>

RESUMO: Este trabalho tem por finalidade mostrar a importância da inclusão e a acessibilidade sinalizada para pessoas com deficiência física e/ou visual, no domínio público. Para tanto, recorreu-se ao método de pesquisa bibliográfica apresentando conceitos e articulações com ações de intervenção do poder público e da sociedade, no sentido de conscientizar as pessoas sobre a importância da inclusão social de pessoas portadoras de deficiências nos ambientes escolar, público e de práticas esportivas. Diante da literatura obtida observou-se que, as principais limitações e desafios para pessoas com deficiência física e/ou visual podem ser aplicadas a partir da conscientização dos profissionais que atuam nestes ambientes. Logo, faz-se necessária a importância do conhecimento legislativo e da corrida pela capacitação à aplicabilidade de estratégias visando a melhoria de movimentação de tais pessoas. Portanto, este trabalho visa verificar a necessidade de evidenciar as limitações e principais desafios enfrentados pelos deficientes físico e/ou visual, bem como ressaltar as estratégias necessárias para que possam desfrutar efetivamente da acessibilidade e inclusão, tanto no contexto escolar e público, quanto nas práticas físicas.

PALAVRAS-CHAVE: Acesso sinalizado. Disfunção física. Disfunção visual. Processo inclusivo.

ACCESSIBILITY AND INCLUSION FOR PEOPLE WITH PHYSICAL AND/OR VISUAL DISABILITIES IN PUBLIC SPACE: LITERATURE REVIEW

ABSTRACT: This work aims to show the importance of inclusion and accessibility for people with physical and/or visual disabilities, in the public domain. To this end, the bibliographical research method was used, presenting concepts and articulations with intervention actions by public authorities and society, in order to make people aware of the importance of social inclusion of people with disabilities in school, public and social environments sports practices. In view of the literature obtained, it was observed that the main limitations and challenges for people with physical and/or visual disabilities can be applied based on the awareness

of professionals who work in these environments. Therefore, the importance of legislative knowledge and the race for training in the applicability of strategies aimed at improving the movement of such people is necessary. Therefore, this work aims to verify the need to highlight the limitations and main challenges faced by physically and/or visually impaired people, as well as highlighting the necessary strategies so that they can effectively enjoy accessibility and inclusion, both in the school and public context, as well as in practices physical.

KEY-WORDS: Inclusive process. Physical dysfunction. Signed access. Visual dysfunction.

INTRODUÇÃO

Dada a importância desse tema, desde 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) apresentou um novo símbolo para representar a acessibilidade de forma a tornar mais clara a amplitude do termo que não se restringe às pessoas que usam cadeiras de rodas, como sugeria o símbolo anterior, no entanto ele ainda é desconhecido pela maior parte da população.

O símbolo da acessibilidade, que antes era um ícone com uma cadeira de rodas branca comum fundo azul (Figura 01), era utilizado para identificar vagas de estacionamento, banheiro acessível e, inclusive para indicar a acessibilidade para deficiente visual e auditivo.

Figura1 - Símbolos associados à pessoa com deficiência

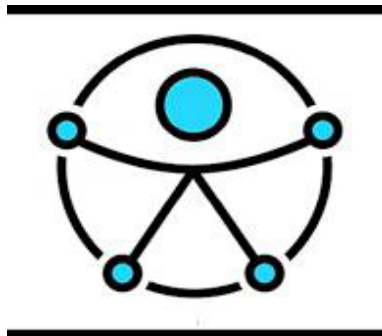


Fonte: NBR9050/2015.

Símbolos vistos nos transportes públicos ou locais com grande circulação de pessoas, como shoppings, parques repartições públicas, etc. A imagem consiste em um cadeirante desenhado em branco sobre fundo azul, podendo, também, ser representada com fundo branco e pictograma preto. A figura deve estar sempre voltada para o lado direito. Ela indica acessibilidade nas edificações, no mobiliário, nos espaços e nos equipamentos urbanos (<https://sondery.com.br/voce-conhece-os-simbolos-de-acessibilidade-e-o-que-significam/>).

A acessibilidade com a proposta de ser neutro e não fazer distinção entre as deficiências, (ONU, 2015), é uma figura assimétrica conectada por quatro pontos a um círculo, representando a harmonia entre o ser humano e a sociedade, e com os braços abertos, simbolizando a inclusão de todas as pessoas, em todos os lugares.

Figura 02 - Símbolo da acessibilidade proposto pela ONU.



Fonte: prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/pessoa_com_deficiencia/a_imprensa/index.php?p=262211

Desta forma acessibilidade pode ser definida como:

A possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida; (BRASIL, 2000).

A acessibilidade se aplica aos seguintes grupos:

Pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, entende-se aquelas que, temporariamente ou permanentemente, tem limitação da capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo. São os usuários de cadeira de rodas ou muletas, pessoas com deficiência visual e auditivas de diversos níveis, ou ainda com deficiências mentais. Além desse grupo, também apresentam dificuldades de mobilidade os idosos, as gestantes, os obesos e os convalescentes cirúrgicos (CALADO, 2006).

A diferença entre os termos acessível e acessibilidade, pode gerar confusão em várias situações, o que gera a necessidade de maior detalhamento. Conforme expresso no item 3.1.2 da NBR 9050/2015: Acessível são aqueles “espaços, mobiliários, equipamentos

urbanos, edificações, transportes, informações e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa”.

Outro termo fundamental dentro do tema aqui trabalhado é a inclusão, a qual para Ferreira, Roriz e Amorim (2005) “inclusão social aborda questões como respeito às diferenças e à participação igualitária dos cidadãos. No caso de crianças com necessidades especiais, a inclusão abarca sua participação na sociedade em geral e, particularmente, em instituições de educação regular (inclusão escolar)”.

Ainda de acordo com os autores falando sobre questão da inclusão duas práticas inclusivas podem ser citadas: a valorização de professores especializados e a valorização da socialização e interação com pares leva à escolha pela participação em programas de inclusão. Acreditamos para aqueles que priorizam a inclusão, para esse programa, a interação entre pares tem maior relevância nesse processo (FERREIRA, RORIZ, AMORIM, 2005).

No Brasil, o fenômeno da educação, pobreza e desigualdades social, inexoravelmente, fazem parte da paisagem terrível de um Brasil ao qual não se libertou de um *modus vivendi* colonialista, paternalista e inconsequente, isso quando se faz uma análise preliminar da conjuntura nacional, que juntos vem oferecendo ao longo da República, gravíssima onda de desordem social, afetando o desenvolvimento socioeconômico e educacional do País.

Sabe-se que a situação da pobreza, educação e desigualdade social (assinala-se no singular esse último, pois, aqui se trata apenas de uma única questão – a inclusão social de pessoas apresentando deficiências física e visual, num universo recheado de tantos outros problemas), que extrapola o limite pedagógico suportável para os educadores físicos (SOUZA, 2016).

De conformidade com o inciso IV do Art. 3º da Constituição Brasileira de 1988, está escrito *promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação*. Tal afirmação incita questionamentos como: De que maneira as academias para a prática de atividades físicas, área ligada à saúde e ao bem-estar (físico, mental e social) das pessoas, estão promovendo a inclusão de pessoas portadoras de deficiência visual e/ou mobilidade reduzida?

Com base no exposto, a premissa maior reside em conscientizar a sociedade sobre a dialogicidade e a importância não somente da inclusão social, física, psíquica e emocional das pessoas com deficiência física ou visual nos ambientes de maior facilidade em encontrá-los, sejam nos ambientes escolares, públicos e de práticas esportivas, onde o crescimento e desenvolvimento físico, mental e social são mais acentuados e que a retificação desses distúrbios estão fundamentadas basicamente na prática da informação e orientação global de uma nova atitude (TRINDADE, 2016; DEBS; SARNI; REATO, 2016).

Diante da contextualização apresentada anteriormente, o estudo presente surge com os seguintes objetivos:

OBJETIVO

Conscientizar as pessoas sobre a importância da inclusão social, física, psíquica e emocional das pessoas com deficiência física e visual nos ambientes escolar, público e de práticas esportivas.

METODOLOGIA

O trabalho se orienta por um estudo exploratório bibliográfico, abrangendo *ipis literis* ao modo qualitativo, realizado em livros e artigos do campo da educação física, com o intuito de alcançar os objetivos propostos. Foi baseado em uma revisão bibliográfica, as atividades físicas para pessoas com necessidades especiais na modalidade física e visual, tem o foco na identificação e descrição de estratégias e métodos adaptativos para o ambiente público e escolar, assim como para as práticas em academias ajustadas para as pessoas com necessidades especiais.

Foi realizado o detalhamento das características e principais limitações para deficientes físicos e visuais, seguido da escolha de estratégias que favorecem à acessibilidade e inclusão de pessoas com as deficiências supracitadas.

Este trabalho tem como justificativa a necessidade de evidenciar as limitações e principais desafios dos deficientes físico e/ou visual, bem como as estratégias necessárias para que possam desfrutar efetivamente da inclusão e acessibilidade, no contexto escolar, público e de práticas físicas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Com as mudanças sociais que vem ocorrendo é perceptível a presença de pessoas com deficiência participando ativamente de atividades consideradas normais pelos padrões da sociedade. a inclusão e a acessibilidade para pessoas com deficiência física e ou visual, no âmbito público, como academias.

Muitos estudos mostram conhecimentos sobre a promoção da saúde e o bem-estar. Esta pesquisa bibliográfica trabalha esse tema com o público de pessoas que são deficientes físicos e visuais, uma vez que a atividade física proporciona desenvolvimento físico, mental e social, sejam eles jovens ou envelhecidos.

A pesquisa bibliográfica mostra a grande importância da prática do exercício físico para a saúde e bem-estar do ser humano, dado que a prática de atividades nos diversos públicos crianças, adolescentes, adultos e idosos no ambiente educativo de forma regular,

traz inúmeros benefícios à saúde. A atividade física realizada de forma regular apresentou efeitos benéficos nas áreas já sinalizadas. O aumento do nível de atividade física foi entendido como todo movimento corporal com gasto energético acima do nível de repouso no ambiente de lazer e nas demais atividades diárias dos portadores de deficiências físicas e/visual.

Pelo acompanhamento deduziu-se que a prática de se movimentar, trouxe grandes vantagens, além da perda do peso corporal, prevenção de doenças, como a hipertensão, diabetes, doenças cardíaca e pulmonar. Por outro lado, a inatividade física atinge cerca de 70% da população provocando Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2015). Assim, a prática de se exercitar junto com uma alimentação de qualidade são um dos fatores primários para uma prevenção de problemas crônicos que se interliga para o bem-estar e a promoção da saúde, através de uma boa prática física.

Deficiência física versus deficiência visual: acessibilidade e inclusão

De acordo com a Convenção dos Direitos das pessoas com Deficiência da Organização das Nações Unidas (ONU), as pessoas com deficiência são aquelas que possuem contratempos a longo prazo, seja físico, intelectual ou relativo às sensações auditivas ou visuais; as quais ao se depararem com algumas barreiras não conseguem participar efetivamente na sociedade se comparadas às demais pessoas.

Na educação física, a Lei 9394/96 que dispõe sobre as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB) menciona no artigo 26 que a disciplina deve ser integrada a proposta pedagógica da escola, sendo obrigatória em toda a educação básica, facultada apenas em alguns casos (BRASIL, 1996).

Em assim sendo, elas possuem os mesmos direitos disponíveis na sociedade; não podem ter sua vida prejudicada devido às suas limitações (BRASIL, 2017) e complementando:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

No campo da função física, o comprometimento pode acontecer quando a pessoa amputou algum membro, por má-formação ou deformação. Tendo alterações funcionais motoras advindas de alguma lesão do sistema nervoso como a alteração dos tônus musculares (hipertonia, hipotonia, atividades tônicas reflexas, movimentos involuntários e incoordenados).

Os termos: *para, mono, tetra, tri e hemi*, diz respeito à determinação da parte do corpo envolvida, significando respectivamente, “somente os membros inferiores, somente um membro, os quatro membros, três membros ou um lado do corpo” (BRASIL, 2004).

Sendo assim, é necessário desenvolver ações que promovam equidade na sociedade que elas vivem, visto que cada um terá oportunidades mediante suas capacidades e habilidades.

Segundo Nogueira *et al.* (2016):

Foi possível concluir que as pessoas que apresentam deficiência física necessitam de intervenções capazes de eliminar as barreiras tanto ambientais como sociais. Estes indivíduos apresentam as mesmas necessidades de saúde de qualquer outra pessoa e têm seus estados de saúde influenciados pelo contexto social em que vivem, como a renda, a dificuldade de acesso aos serviços e à reabilitação. Esta questão deve ser sanada, pois estas pessoas são mais vulneráveis ao desenvolvimento de problemas de saúde, como úlceras de pressão ou infecções do trato urinário, decorrentes da deficiência.

Desta maneira, existem muitos aspectos que precisam ser melhorados e aperfeiçoados para que as políticas públicas inclusivas atendam com efetividade as pessoas com deficiência física e ou visual.

Engloba pessoas com deficiência visual que apresentam cegueira total em ambos os olhos ou baixa visão, gerando a necessidade de se utilizar uma bengala longa para locomoção e o sistema braile para leitura e escrita, que em conjunto com outras tecnologias permite a pessoa com deficiência visual participar autonomamente na vida em sociedade.

Nunes e Lomônoco (2010) afirmam que:

A cegueira é uma deficiência visual, ou seja, uma limitação de uma das formas e apreensão de informações o muno externo – a visão. Há dois tipos de deficiência visual: cegueira e baixa visão. Devido às muitas discussões sobre a deficiência e seus estigmas, é comum a preocupação com os termos utilizados a fim e que eles não sejam pejorativos nem reflitam preconceitos. Em face disto, algumas pessoas preferem o termo deficiente visual à palavra cego. Todavia, esses termos não são equivalentes. O conceito de deficiência visual é mais abrangente visto que engloba não só a cegueira como também a baixa visão. Embora haja quem acredite ser o termo “cego” preconceituoso ou pejorativos, não compartilhamos dessa premissa. Utilizamos a palavra por seu caráter descritivo: cego é aquele que é privado de visão, segundo o Dicionário Houaiss. E é dessa realidade que estamos tratando.

Portanto, não há preconceito na utilização do termo cego. O preconceito está em pressupor que o cego é um sujeito incapaz.

O deficiente visual é um ser humano capaz de enfrentar os obstáculos e barreiras de suas limitações, para que ele desenvolva a sua capacidade de enxergar, ele deve ser estimulado a despertar o seu interesse em utilizar a visão potencial, desenvolvendo a sua eficiência visual, conseguindo, assim, facilitar a exploração dirigida e organizada. Assim, as atividades realizadas com essas pessoas devem proporcionar prazer e motivação, para que essa desenvolva a sua autonomia (BRASIL, 2007).

Por outro lado, é necessário destacar que o professor para executar tais atividades, necessita conhecer e aplicar contribuir na legislação do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Através da resolução CNE/CEB nº 04/2009 foi criado algumas atribuições referentes as funções do professor, vejamos no quadro a seguir o que consta no Art. 13:

Quadro 1 - Especificações de atribuições dos professores de AEE.

1. Identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial;
2. Elaborar e executar plano de AEE, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade;
3. Organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais;
4. Acompanhar a funcionalidade e aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola;
5. Estabelecer parcerias com as áreas intersetoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade;
6. Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno;
7. Ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação;
8. Estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovem a participação dos alunos nas atividades escolares.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Desta maneira existem muitos estigmas tradicionais e preconceitos que precisam ser estruídos e muitas questões a serem melhoradas para que possa haver a inclusão das pessoas com deficiência física e ou visual, além de proporcioná-las a possibilidade de desenvolver-se fisicamente em locais públicos: como as academias, construindo sua identidade e buscando o bem-estar físico e saudável, valorizando assim, as relações sociais.

Estratégias multidisciplinares: acessibilidade e inclusão

Para favorecer a rotina de vida diária de pessoas com deficiência física e/ou visual, no contexto escolar, social e de academias, elencamos a seguir algumas estratégias de adaptações das atividades físicas realizadas no ambiente, tais como:

Quadro 2 - Maneiras de favorecimento as pessoas com deficiências.

• Utilização de recursos para locomoção;
• Informações auditivas, táteis, sobre distância, direção, profundidade, as quais nem sempre são adequadamente disponíveis em seu ambiente;
• Eliminação das barreiras nas edificações, que estão presentes interna ou externamente nas edificações públicas como: espaços estreitos de academias e escolas; acessibilidade de local sem escadas, portas com medidas adequadas; colocação de barras nos locais;
• Sensibilização das pessoas que convivem no espaço;
• Preparação da equipe que irá trabalhar com as pessoas com deficiência.

Fonte: Elaboração do autor (2024).

Já no âmbito da aplicação por educadores físicos, refletindo sobre a explicação de Lehnhard, Manta e Palma (2012) os quais afirmam que cabendo ao professor, ao aluno e aos demais alunos, compreender a acessibilidade de movimentação e de adaptações a ser implementada pelo poder público aos estudantes que utilizam cadeiras de rodas, no sentido de efetivarem suas participações nas aulas de Educação Física.

Diante de tal comentário, cabe ressaltar que é possível listar as seguintes estratégias multidisciplinares corroborativas no favorecimento das pessoas com necessidades especiais, que tais:

Quadro 3 - Estratégias multidisciplinares

• Ampliação das letras dos textos usados dentro das escolas e academias;
• Utilização de cadernos com pautas espaçadas, sempre tendo lupas manuais ou eletrônicas;
• Estudo sobre a acessibilidade arquitetônica realizada mediante uma análise das condições do ambiente;
• Estudo sobre o reconhecimento do espaço físico e como os mobiliários estão dispostos nesses locais;
• Trabalhar com a exploração do espaço concreto do local e do trajeto rotineiro para que eles percebam a entrada, os banheiros, as escadas, os obstáculos, entre outros;
• Sempre deixar as portas completamente abertas ou fechadas para evitar imprevistos desagradáveis ou acidentes;
• Reservar um espaço no local que as pessoas com deficiência física e ou visual irá frequentar, com pontos de referências úteis para sua locomoção;
• Enfim, prestar o apoio dos pares, para possibilitar que as pessoas com deficiência conquistem a sua autonomia e plena capacidade física, mental, social e profissional.

Fonte: Elaboração do autor (2024).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os avanços que as leis pertinentes aos direitos humanos vêm impulsionando em torno da inclusão e da equalização das oportunidades para as pessoas com necessidades especiais, reforça a necessidade de estratégias de construção de novos paradigmas mais sólidos, mais consistentes e mais visíveis.

Ressaltamos que as pessoas com necessidades especiais, não são protegidas apenas pela legislação, todavia se faz necessária uma política de critérios inclusivos integrados; nas escolas, com projetos baseados na equidade e não em modelos prontos e aos professores compete-lhes estar sempre atualizado com novos conhecimentos metodológicos de ensino. Outrossim, a sociedade compete contribuir para que esses não sejam discriminados ou excluídos, mas que sejam incentivadores, procurando sempre apregoar a maneira de acessibilidade e inclusão para as pessoas portadoras de deficiência física e/ou visual.

Dessa forma, o trabalho aqui iniciado pode servir de base para estudos posteriores que indiquem caminhos para que os professores construam uma didática que seja realmente eficiente, impulsionando ações, métodos e estímulos adequados que contemplem as suas necessidades.

Portanto, o estudo poderá auxiliar os professores de Educação Física, para elaboração e adaptação de suas atividades físicas, uma vez que através dele poderá se apropriar de informações acerca dos benefícios que a atividade física proporciona aos alunos e, principalmente os que possuem necessidades especiais físicas e ou visuais.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS [ABNT]. NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro: ABNT; 2004. Disponível em: <http://acessibilidade.unb.br/imagens/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL. Ministério Público Federal. **O acesso de alunos com deficiência às escolas e classes comuns da rede regular de ensino**. Fundação Procurador Pedro Jorge de Melo e Silva (Org.). 2. ed. rev. e atual. Brasília, DF: Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, 2004. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/revinclusao5.pdf>>. Acesso em: 11 dez. 2023.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Saberes e práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão**. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/alunoscegos.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2023.

BRASIL, Presidência da República. SEESP/ SEED/MEC. **Atendimento Educacional Especializado - Deficiência física**. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/aee_df.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2023.

BRASIL, Presidência da República. Assembleia Geral da ONU. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 19 dez. 2023.

BRASIL, Presidência da República. Lei 13146 de 06/07/2015, institui a Lei Brasileira e Inclusão da Pessoa com Deficiência (**Estatuto da Pessoa com Deficiência**). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 19 dez. 2023.

CARDOSO, Vinicius Denardin; PALMA, Luciana Erina; ZANELLA, Ângela Kemel. A motivação de pessoas com deficiência para a prática do esporte adaptado. **Revista Digital**, Buenos Aires, Ano 15 - nº 146, 2010. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd146/a-motivacao-para-esporte-adaptado.htm>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CHRISTOFARO, Diego Giulliano Destro; *et al.* **Adolescents' physical activity is associated with previous and current physical activity practice by their parents**. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, v. 94, n. 1, p. 48-55, 2018. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S225553617300848?via%3Dihub>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CONSTITUIÇÃO (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.

FERREIRA, Maria Clotilde Rosseti; RORIZ, Ticiano Melo de Sá; AMORIM, Kátia de Souza. **Inclusão social/escolar de pessoas com necessidades especiais: múltiplas perspectivas e controversas práticas discursiva**. USP, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pusp/a/RFHZGjWxvKyxJsDyDVP9tTy/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LENHARD, Greice Rosso; MANTA, Sofia Wolker; PALMA, Luciana Erina. A prática de atividade física na história de vida de pessoas com deficiência física. **Revista Educação Física -UEM**, v. 23, n. 1, p. 45-56, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/refuem/a/PBxRgtfTdX73PFqqkFfhCcw/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 27 nov. 2023.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico**: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálysis* [online]. 2007, v. 10, n. spe, pp. 37-45. Disponível em: ISSN 1982-0259. <https://doi.org/10.1590/S1414-49802007000300004>. Acesso em: 29 nov. 2023.

MANTOAN, Maria Tereza Égler; MARQUES, Carlos Alberto. **A integração de pessoas com deficiências**: contribuição para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.

MANTOAN, Maria Tereza egler (Org.). **O desafio das diferenças nas escolas**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MATOS, Maria Almerinda de Souza. **Cidadania, diversidade e educação inclusiva**: um diálogo entre a teoria e a prática na rede pública municipal de Manaus. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008. 229 f.

NOGUEIRA, Giovani Cavaleiro; *et al.* Ciência e Saúde Coletânea 21, 2016. **Perfil das pessoas com deficiência física e Políticas Públicas**: a distância entre intenções e gestos. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/zJk5dFMyP9XrFFxP5hrRZPK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2024.

NUNES, Sylvia; LOMÔNACO, José Fernando Bitencourt. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 14, Número 1, 2020. O aluno cego: preconceitos e potencialidades. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/YKv7sx5Zp6557RQvrBQ66gp/?format=pdf&lang=pt> Acesso em: 12 dez. 2023.

SARTORETTO, M.; BERSH, R. **Atendimento Educacional Especializado (AEE)**. 2013.

SEESP, MEC. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008.

SOUZA, R. A. **Educação, pobreza e desigualdade social**: um tema recorrente. Disponível em: <https://www.alvesdesouzaraimundo.blogspot.com.br>. Acesso em: 10 jan. 2024.